

MARCAS DIATÓPICAS DAS VARIANTES DE *CABRA-CEGA* E *AMARELINHA*: O QUE DIZEM OS DICIONÁRIOS ELETRÔNICOS *HOUAISS* E *AURÉLIO* E O *ALiB*?

Rodrigo Alves Silva¹

Resumo

Este trabalho objetiva analisar o tratamento dado às variantes de *cabra-cega* e *amarelinha* nos dicionários eletrônicos Houaiss e Aurélio, comparando as informações que os dicionários trazem com os dados do *Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)*, a fim de perceber quais informações dos dicionários, sobretudo as marcas diatópicas, convergem ou divergem do *ALiB*. Além de confrontar os dados dos dicionários com o *ALiB*, objetiva-se propor, quando possível, um tratamento mais adequado aos regionalismos que são registrados nos dicionários e que possuem classificação divergente do atlas. A pesquisa parte da discussão já existente sobre inserção de regionalismos em dicionários, baseando-se em autores como Fajardo (1996-1997), Isquierdo (2007), e Cardoso, Castro e Isquierdo (2011). Como resultado percebeu-se que muitas informações trazidas pelos dicionários não condizem com os dados dialetológicos, o que prova a necessidade de atualização dessas obras lexicográficas.

Palavras-chave: Cabra-cega. Amarelinha. Dicionário Houaiss. Dicionário Aurélio. *ALiB*.

Abstract

This paper aims to analyze the treatment given to the variants *cabra-cega* and *amarelinha* on Houaiss and Aurélio, both electronic dictionaries, comparing the information brought by these dictionaries with the data from the Linguistic Atlas of Brazil (*ALiB*), aiming at perceiving which information from the dictionaries, mostly the diatopical marks, converge or diverge from *ALiB*. Besides comparing the data from the dictionaries with *ALiB*, it is also a goal to propose, whenever possible, an adequate handling concerning regionalisms which receive divergent classification from the atlas. The research starts from the current discussion over the insertion of regionalisms on dictionaries, based on authors such as Fajardo (1996-1997), Isquierdo (2007), e Cardoso, Castro and Isquierdo (2011). As a result, it was possible to perceive that many pieces of information brought by the dictionaries are not consistent with the dialect-based data, which in turn proves the need for an update for these lexicographic works.

Key-words: Cabra-cega. Amarelinha. Houaiss dictionary. Aurélio dictionary. *ALiB*.

Introdução

Este trabalho se insere no âmbito da Metalexigrafia, pois analisa dois dicionários: o *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (doravante *DEH*) e

¹ Aluno do Mestrado em Letras do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGEL) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Teresina, Piauí – Brasil. E-mail: rodrigoalvessilva@hotmail.com.br.

o *Dicionário Eletrônico Aurélio da Língua Portuguesa* (doravante *DEA*). Neles, observa-se o tratamento dado a regionalismos, mais especificamente às variantes lexicais de dois regionalismos, a saber: *cabra-cega* e *amarelinha*.

Além do caráter metalexiconográfico, esta pesquisa se ancora nos estudos dialetológicos e geolinguísticos, uma vez que se baseia nos dados obtidos em pesquisas dessa natureza e registrados em atlas linguísticos. Assim, toma-se o *Atlas Linguístico do Brasil* (doravante *ALiB*) como base para as informações dialetológicas a respeito dos regionalismos em análise.

Esta pesquisa se justifica pelos problemas existentes no tratamento dado a regionalismos em dicionários. Tal tema é discutido por autores como Isquierdo (2007), Fajardo (1996-1997) e Cardoso, Castro e Isquierdo (2011). Esses autores discutem sobre a necessidade de os lexicógrafos se basearem em dados de pesquisas dialetológicas e geolinguísticas para informar a natureza de determinados regionalismos nos verbetes dos dicionários, sobretudo quanto às marcas diatópicas, ou seja, em que região geográfica (país, região, estado ou cidade) tal regionalismo é utilizado. Dessa maneira, ao se basear nos dados de atlas linguísticos, os dicionários podem trazer informações mais seguras sobre os regionalismos, diminuindo, pois, os problemas das informações imprecisas e sem respaldo científico.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar o tratamento dado às variantes de *cabra-cega* e *amarelinha* nos dicionários *DEH* e *DEA*, comparando as informações que os dicionários trazem com os dados do *Atlas Linguístico do Brasil* (*ALiB*), a fim de perceber quais informações dos dicionários, sobretudo as marcas diatópicas, convergem ou divergem do *ALiB*. A hipótese inicial é a de que há muitas divergências entre o que afirmam os dicionários e o que afirma o *ALiB*. Além de confrontar os dados dos dicionários com o *ALiB*, objetiva-se propor, quando possível, um tratamento adequado aos regionalismos que recebem classificação divergente do atlas.

As variantes investigadas estão entre os regionalismos pesquisados pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil (*ALiB*), incluídas no campo semântico Jogos e diversões infantis. Há outros campos semânticos no *ALiB*, como Acidentes geográficos; Fenômenos atmosféricos; Astros e tempo; Atividades agropastoris; Fauna; Corpo humano; Ciclos da vida; Convívio e comportamento social; Religião e crenças, Alimentação e cozinha etc. O *ALiB* conceitua *cabra-cega* como “a brincadeira em que uma criança, com os olhos vendados, tenta pegar as outras”. Já *amarelinha* é tida como

“a brincadeira em que as crianças riscam uma figura no chão, formada por quadrados numerados, jogam uma pedrinha e vão pulando com uma perna só”².

Quanto à estrutura deste artigo, tem-se, primeiramente, a fundamentação teórica, na qual se discute sobre o conceito de léxico e como ele se constitui, bem como a discussão sobre a lexicografia e tratamento de regionalismos em dicionários. Em seguida, apresenta-se a metodologia utilizada. Posteriormente, faz-se a análise dos dados, seguida das discussões, e por fim, as considerações finais.

Fundamentação teórica

Léxico: definição e constituição

Segundo a perspectiva funcionalista, toda língua é composta por dois elementos essenciais: o léxico e a gramática. O léxico, objeto de estudo de várias ciências da linguagem, como a Lexicologia, a Lexicografia e a Terminologia, consiste no acervo de palavras que uma língua possui e se caracteriza por ser um campo aberto, sujeito a modificações, uma vez que sempre surgem novas palavras, outras desaparecem ou se modificam. Para Villalva e Silvestre:

O léxico de uma língua é, pois, uma entidade abstrata que se obtém por acumulação: às palavras em uso por cada falante, no seio de uma dada comunidade de falantes, juntam-se as palavras em uso por outras comunidades linguísticas falantes da mesma língua; às palavras em uso na contemporaneidade, somam-se as que estiveram em uso em sincronias passadas, do que temos notícia pela documentação escrita e que, por vezes, ressurgem; aos dados da escrita, unem-se os da oralidade, quando é possível apreendê-la, dada a muito maior fluidez da oralidade face à escrita. (VILLALVA; SILVESTRE, 2014, p. 23).

Conforme o trecho acima, observa-se que o léxico se constitui não somente das palavras em uso em um determinado período de tempo em uma comunidade de fala, mas agrega palavras que já foram utilizadas em tempos pretéritos e que ficaram em desuso, como também as diferentes palavras utilizadas em comunidades linguísticas distintas. O léxico é constituído também de *neologismos*, que podem ser novas palavras ou novos significados agregados às palavras que já existem (ALVES, 2011), bem como *empréstimos*, que são palavras estrangeiras que passam para uma língua de chegada,

² Não se pretende discutir a fundo o conceito das variantes em análises nem a temática *brincadeira infantil*, uma vez que se tenciona apenas discutir como tais variantes são tratadas em dicionários quanto às marcas diatópicas.

assimilando as características fonéticas e gráficas dessa língua ou não. Quando essa assimilação não ocorre, essas palavras chamam-se *estrangeirismos* (VILLALVA; SILVESTRE, 2014). A dinamicidade do léxico é também comentada por Biderman (2001), que afirma:

O léxico é um sistema aberto e em expansão. Incessantemente novas criações são incorporadas ao léxico. Só existe uma possibilidade para o sistema lexical se cristalizar: a morte da língua. Foi o que sucedeu ao latim. Se a língua, porém, continuar a existir como meio de comunicação oral (e também escrito), seu léxico se ampliará sempre. Por essa razão, não se poderá censurar em demasia os lexicógrafos se os seus dicionários não registrarem todos os vocábulos e significados que estão em uso na língua, pois tal obra é praticamente inexequível. (BIDERMAN, 2001, p. 203).

O fragmento acima ajuda a entender que, ao ser tomado como um “sistema aberto e em expansão”, o léxico, em sua totalidade, não pode ser confundido com um dicionário, uma lista de palavras etc., uma vez que se configura como um repertório bem mais amplo e em constante mudança. Além disso, como ressalta Biderman (2001), não se pode exigir que um dicionário, por mais exaustivo que seja, inclua todas as palavras de uma língua em seu acervo.

É importante ressaltar também que nenhum falante de uma língua domina o léxico totalmente, pois cada um se apropria do léxico de diferentes maneiras, a partir dos estímulos a que são expostos e das experiências linguísticas individuais. Villalva e Silvestre (2014) denominam esse recorte do léxico de *léxico mental*. Considerando a aquisição individual do léxico, é possível afirmar que cada falante possui um *léxico mental* peculiar, uma vez que cada um tem experiências linguísticas distintas. É certo que o indivíduo tem a capacidade de cada vez mais ampliar seu repertório lexical, aprendendo novas palavras, como também, ao mesmo tempo, pode esquecer outras, por conta do desuso. O *léxico mental* de um falante pode ser dividido, segundo Villalva e Silvestre (2014), em *léxico passivo* e *léxico ativo*. O primeiro é mais extenso e é usado para o reconhecimento de enunciados linguísticos. Já o segundo é mais reduzido e é utilizado na produção de enunciados.

Outro ponto que merece atenção no estudo do léxico é sua variação, pois, devido à sua expansão e constante mudança, o léxico de uma língua nunca é homogêneo. No caso do português, por exemplo, a variação lexical não ocorre apenas entre as variedades nacionais (português brasileiro, português europeu, português moçambicano etc.), mas também dentro de uma mesma variedade. O português brasileiro apresenta

variações lexicais que atestam a vitalidade da língua e que também caracterizam as diferenças sociais e culturais de determinadas regiões.

A variação linguística é objeto de estudo da Sociolinguística e da Dialetoлогия, no entanto cada uma trata esse objeto de forma diferenciada. Enquanto que a Sociolinguística trata a variação levando em conta os fatores sociais, a Dialetoлогия se preocupa, principalmente, com o fator diatópico, ou seja, procura desvelar as especificidades linguísticas das diferentes localidades (cidade, estado, região etc.). Neste trabalho, toma-se como pressuposto a variação diatópica e suas implicações para os dicionários eletrônicos Houaiss e Aurélio.

O léxico pode ser registrado em obras lexicográficas, como o dicionário, o vocabulário, os glossários etc., e esta é a principal função da Lexicografia. Esse registro serve para garantir o patrimônio de uma língua. No tópico seguinte, faz-se uma discussão mais profunda sobre a Lexicografia e sobre como os regionalismos podem ser incluídos nas obras lexicográficas.

A lexicografia e os regionalismos

Segundo Welker (2004), a Lexicografia “designa a ‘ciência’, ‘técnica’, ‘prática’ ou mesmo ‘arte’ de elaborar dicionários” (WELKER, 2004, p. 11), enquanto que a Metalexigrafia (Lexicografia teórica) envolve “o estudo de problemas ligados à elaboração de dicionários, a crítica de dicionários, a pesquisa da história da lexicografia, a pesquisa do uso de dicionários [...] e ainda a tipologia” (ibidem). Além disso, o autor afirma que o caráter de ciência não deve ser atribuído à Lexicografia prática, mas sim à teórica, conforme se vê no fragmento abaixo:

[...] a *lexicografia prática* não é uma ciência. Ela é uma técnica – e também uma prática – para a qual se precisa de muita ciência (num outro sentido, a saber, “conhecimento atento e aprofundado de alguma coisa”), pois quem elabora, ou compila, um dicionário tem que conhecer não somente fatos linguísticos, principalmente o léxico, como também as maneiras em que esses fatos podem ser apresentados num dicionário. Já na lexicografia teórica, cada vez mais chamada de *metalexigrafia*, estuda-se tudo o que se diz respeito a dicionários. Essa área, sim, pode ser considerada uma ciência (na primeira das acepções citadas). Seus produtos são os conhecimentos adquiridos e divulgados. (SEABRA; WELKER, 2011, p. 30-31 – grifos do autor).³

³ Ainda que esta citação seja extraída de um texto de autoria de Seabra e Welker, cada um dos autores escrevem em momentos diferentes, uma vez que o artigo, do qual fora tirada a citação, organiza-se em forma de entrevista. Sendo assim, é possível distinguir as ideias de ambos.

Neste mesmo artigo, cujo fragmento foi citado acima, Seabra (2011)⁴, por sua vez, reconhece a distinção entre Lexicografia e Metalexigrafia, no entanto concebe o termo *Lexicografia* como aquele que contempla as duas áreas. Além disso, a autora não considera a Lexicografia como uma técnica ou como uma ciência, mas sim como uma disciplina linguística, conforme se observa na citação a seguir:

Contemporaneamente, acredita-se que essas duas vertentes se complementam, e a *lexicografia* é vista como uma disciplina linguística de caráter científico que contempla os aspectos teóricos e práticos da elaboração de um dicionário. A *lexicografia* se insere, portanto, no domínio da linguística aplicada. (SEABRA; WELKER, 2011, p. 30).

Outra definição é dada por Barbosa (1991), a qual distingue *lexicografia* e *metalexigrafia*, e afirma que há uma relação de interdependência entre as duas áreas. Segunda ela, a lexicografia se preocupa com a “produção de dicionários, vocabulários técnico-científicos, vocabulários especializados e congêneres” (BARBOSA, 1991, p. 184) e a Metalexigrafia seria “epistemologia da ciência lexicográfica” (*idem*).

Diante das definições propostas pelos autores, é possível estabelecer os limites entre a Lexicografia e a Metalexigrafia, em que a primeira se propõe a elaborar dicionários, valendo-se de conhecimentos de outras áreas, enquanto que a Metalexigrafia se propõe a estudar, analisar e historiar os dicionários já existentes. Dessa forma, esta pesquisa se insere no âmbito na Metalexigrafia, pois analisa o *Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa* e o *Dicionário Eletrônico Aurélio da Língua Portuguesa*.

Os regionalismos podem compor uma obra específica, em um dicionário de regionalismos, ou um dicionário geral. Seja qual for o tipo de obra, o lexicógrafo precisa levar em conta algumas questões quando da classificação e da inserção de regionalismos em dicionários, como assevera Biderman (1994):

Critério ambíguo e difuso é o de regionalismos. Os dicionários são lacônicos e até contraditórios no tratamento dessa matéria. Alguns pontos para serem considerados: qual o ponto de referência para definir um termo como regional? Sendo regional relativamente a um dialeto padrão, qual é esse dialeto padrão? (BIDERMAN, 1994, p. 33).

A discussão sobre o conceito de regionalismos também é bastante complexa. Geralmente, o termo *regionalismo* pode ser entendido como os fatos linguísticos

⁴ Cita-se somente Seabra, porque, mesmo o artigo sendo em co-autoria com Welker, a afirmação é apenas da autora.

específicos de uma determinada região geográfica. Isquierdo (2007) propõe um conceito para regionalismo, partindo da distinção entre vocabulário comum de caráter geral e de cunho regional. Segundo ela:

O primeiro entendido aqui como o vocabulário atualizado em praticamente todo o território onde a língua é usada como instrumento de comunicação e interação, por falantes de diferentes classes sociais e de atividades profissionais diversificadas, enfim, o vocabulário fundamental usado na comunicação cotidiana. Já o vocabulário regional remete à questão dos regionalismos, ou seja, a unidades lexicais, cujo uso é restrito a determinadas regiões, muitas delas relacionadas a atividades específicas do meio rural. (ISQUERDO, 2007, p. 198).

A partir da citação, observa-se que a autora concebe regionalismos como as unidades lexicais restritas a determinadas regiões, relacionadas a atividades específicas, diferentemente do vocabulário geral comum, que é utilizado por todos em diversas atividades profissionais. Além disso, Isquierdo (2007) concebe regionalismos em dois níveis (gerais e específicos), estabelecendo para cada um deles um ponto de referência. Os regionalismos gerais são aqueles que têm como ponto de referência a norma linguística de Portugal. Sendo assim, os fatos linguísticos do Brasil que se contrapõem ao português de Portugal podem ser considerados regionalismos gerais. Já os regionalismos específicos, segundo Isquierdo (2007), são aqueles que tomam como ponto de referência a norma padrão brasileira, e são aqueles que são utilizados em diferentes regiões do Brasil.

Ao estabelecer pontos de referência para classificar os regionalismos, Isquierdo (2007) utiliza o critério contrastivo, o qual, segundo a autora, “tem sido o critério adotado pelos maiores dicionários gerais da variante brasileira da língua portuguesa: Dicionário Aurélio e Dicionário Houaiss” (ISQUERDO, 2007, p. 200).

Os regionalismos gerais correspondem aos chamados *brasileirismos*. O conceito de brasileirismo é também complexo e tem trazido à baila várias discussões. Isquierdo (2006), ao discutir brasileirismo, cita o trabalho de Oliveira (1999), chamando atenção ao fato de que as unidades lexicais classificadas como brasileirismos no dicionário Aurélio não deveriam ser classificadas dessa forma, uma vez são utilizadas em estados/regiões específicas, e não em todo o território brasileiro, o que leva a entender que brasileirismo pode se caracterizar também por sua difusão em todas as regiões do país. Neste trabalho, utiliza-se este critério para classificar uma variante como brasileirismo. Quanto aos regionalismos específicos, toma-se como base o conceito de

Isquierdo (2007), a qual os considera como traços linguísticos específicos dos diferentes estados/regiões do Brasil.

Tendo em vista o papel do dicionário de registrar o léxico de uma língua, incluindo aí os regionalismos, é necessário observar como os dois dicionários em análise – Houaiss e Aurélio – concebem regionalismo. No primeiro dicionário, destaca-se no prefácio o seguinte excerto:

A indicação de **regionalismo** recai sobre palavra ou locução (dialetismo vocabular) ou acepção (dialetismo semântico) privativa de determinada região dentro do território onde se fala a língua e desconhecida das demais. É a informação sobre os limites geográficos da utilização de determinada unidade léxica ou acepção sua. (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 5-6 – grifo no original).

Como se vê, o *DEH* toma regionalismo como as palavras ou acepções que são exclusivas de certas regiões. Já no *DEA*, não se encontra no prefácio o que se entende por regionalismo e como a obra irá tratá-lo. A indicação a regionalismo é feita no *link Verbetes – entenda sua estrutura* na versão eletrônica do dicionário, quando se explica o que é rubrica. Nesse caso, tem-se:

A rubrica, em geral abreviada e em verde, situada antes das definições quando se refere a todas as definições do verbete, ou dentro de uma definição quando se refere apenas a esta, delimita uma área em que a palavra é usada dentro do(s) significado(s) considerado(s), seja área geográfica, de assunto ou disciplina, de uso, etc. As definições assim classificadas formam, quando associadas em uma determinada rubrica, um subdicionário especializado na área delimitada pela rubrica (regionalismos, assunto ou disciplina, etc.). A mesma definição pode estar sob mais de uma rubrica. As abreviaturas das rubricas encontram-se na lista de abreviaturas, siglas e sinais convencionais. (FERREIRA, 2010).⁵

Com essas menções a regionalismos nos textos introdutórios dos dois dicionários, é previsível a presença deles na nomenclatura. No entanto, como afirma Isquierdo (2011), o dicionário não deve tratar os regionalismos de forma aleatória, mas, primeiramente, deve definir o que ele entende por regionalismo e ter o cuidado de não restringir os regionalismos à determinada localização geográfica, quando, na verdade, seu uso pode ser mais amplo. Eis o grande desafio do lexicógrafo: mostrar, com precisão, as informações diatópicas dos regionalismos. Para tanto, os lexicógrafos utilizam as marcas diatópicas nos dicionários, que são as indicações de localização geográfica da variante – se se trata de um regionalismo do Nordeste, do Sul ou do

⁵ A citação foi extraída de um dos *links* do Dicionário Eletrônico Aurélio, por isso não possui número de página.

estado da Bahia, Alagoas etc. São essas marcações que se pretendem analisar no presente trabalho.

Para que as marcações diatópicas em dicionários sejam dadas com precisão, Isquierdo (2007) aponta algumas fontes que podem servir para atestar a existência de regionalismos e um deles são os atlas linguísticos, os quais, resultantes de pesquisas geolinguísticas, podem contribuir para o adequado tratamento de regionalismos em dicionários.

Fajardo (1996-1997) também reconhece as falhas no tratamento de regionalismos em dicionários e também defende o uso dos resultados das pesquisas dialetológicas e geolinguísticas para fundamentar as informações trazidas nos dicionários:

As marcações geográficas, portanto, têm fundamentos teóricos fracos e uma imprecisão característica. Em Lexicografia, despreza-se a descrição impossível da extensão geográfica de cada voz e se dão unicamente “localizações”, indicações ou pistas de lugares nos quais será geralmente compreensível. No entanto, deve existir uma constante preocupação do lexicógrafo em aproveitar as contribuições da dialetologia e da geografia linguística à hora de precisar, cada vez mais adequadamente, as marcas diatópicas no dicionário. (FAJARDO, 1996-1997, p. 42).⁶

Partindo dessa discussão a respeito da inserção de regionalismos em dicionários e tendo em vista a necessidade de embasamento em pesquisas dialetológicas para um tratamento adequado desses regionalismos, realizou-se esta pesquisa seguindo o quadro teórico-metodológico apresentado a seguir.

Metodologia

Esta pesquisa toma como objeto de análise o *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (DEH)* e o *Dicionário Eletrônico Aurélio da Língua Portuguesa (DEA)*, a fim de verificar como essas obras tratam as variantes de *cabra-cega* e de *amarelinha*, sobretudo quanto a localização geográfica. A escolha desses dicionários deve-se à importância que eles têm em meio às obras lexicográficas (WELKER, 2004).

⁶ Tradução livre para: *Las marcación geográfica, por tanto, tiene débiles fundamentos teóricos y una característica imprecisión. En Lexicografía se renuncia a la imposible descripción de la extensión geográfica de cada voz y se dan únicamente “localizaciones”, indicaciones o pistas de lugares en los que será generalmente comprensible. Sin embargo, debe existir una constante preocupación del lexicógrafo por aprovechar las aportaciones de la dialectología y la geografía lingüística a la hora de precisar, cada vez más adecuadamente, las marcas diatópicas en le diccionario.* (FAJARDO, 1996-1997, p. 42).

Além disso, utiliza-se, como suporte, o *Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)*, no intuito de comparar os dados dos dicionários com os dados dialetológicos. O *ALiB*, publicado em 2014, é o primeiro atlas de caráter nacional sobre o português do Brasil, resultante de inquéritos realizados em 25 capitais do país, e que traz dados sobre a variação linguística em vários níveis: fonético-fonológico, semântico lexical e morfossintático.

A escolha de investigar as variantes de *cabra-cega* e de *amarelinha* deve-se à grande produtividade dessas variantes em relação aos outros regionalismos do campo semântico *Jogos e diversões infantis* trazidos no *ALiB*.

No que concerne aos procedimentos de pesquisa, foram obedecidas às seguintes etapas metodológicas: 1) levantamento das variantes lexicais do Nordeste, trazidas no *ALiB*, dos regionalismos *cabra-cega* e *amarelinha*; 2) consulta das variantes lexicais selecionadas no *DEH* e no *DEA*, a fim de perceber como estão registradas as variantes e o que se diz sobre elas, sobretudo quanto à localização geográfica; 3) comparação entre as informações dadas no *ALiB* e nos dicionários e 4) elaboração de quadros para a organização dos dados comparados, classificando-os como convergentes ou divergentes. Com isso, passa-se a discutir os dados expostos na seção seguinte.

Análise dos dados

Os dados obtidos foram organizados em quadros, dos quais o primeiro a ser apresentado é o das variantes de *cabra-cega*. Para leitura e compreensão do quadro, é necessário levar em conta as seguintes informações: na primeira coluna, intitulada **Regionalismos**, apresentam-se as variantes de *cabra-cega* que aparecem no *ALiB*; na segunda coluna, tem-se **Dados do ALiB**, em que são apresentadas as informações trazidas no atlas sobre a localização geográfica das variantes; na terceira coluna, intitulada **Marcação no DEH**, listam-se as marcas diatópicas presentes no dicionário Houaiss – quando a variante não é registrada no dicionário, classifica-se como *Variante não registrada*. Porém, quando a variante é registrada, mas não possui nenhuma marca diatópica, classifica-se como *Não há*. Na quarta coluna, cujo título é **Marcação no DEA**, listam-se as marcas diatópicas presentes no dicionário Aurélio. Nesta coluna também se utiliza a classificação *Variante não registrada* e *Não há* nas ocasiões já mencionadas. Na última coluna, intitulada **Confronto entre o ALiB e os dicionários**, é estabelecida a comparação entre as informações diatópicas trazidas nos dicionários e os

dados apresentados no *ALiB*. Quando essas informações são semelhantes, classifica-se como *convergente*, já quando são diferentes, classifica-se como *divergente*. A seguir, tem-se o quadro 1.

Quadro 1: Variantes de *cabra-cega* (*brincadeira*)

REGIONALIMOS	Dados no <i>ALiB</i>	Marcação no <i>DEH</i>	Marcação no <i>DEA</i>	Confronto entre o <i>ALiB</i> e os dicionários
Cabra-cega	Todas as capitais – 100% em Recife e Maceió	Não há	Não há	-
Cobra-cega	Norte (Rio Branco, Macapá e Belém); Nordeste (Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Aracaju e Salvador); Sudeste (todas as capitais); Sul (Curitiba e Porto Alegre); Centro-Oeste (todas as capitais)	Não há	Não há	-
Pata-cega	Norte (exceto Rio Branco); Nordeste (São Luís); Sul (Florianópolis)	<i>Variante não registrada</i>	<i>Variante não registrada</i>	-
Pega-pega	Norte (Macapá); Nordeste (Teresina); Sul (Florianópolis)	Não há	Brasileirismo	Divergente (para o <i>DEA</i>)

Fonte: autoria própria, a partir de informações do *ALiB*, do *DEH* e do *DEA*.

No quadro acima, observam-se quatro variantes (*cabra-cega*, *cobra-cega*, *pata-cega* e *pega-pega*), das quais a forma *cabra-cega* é a utilizada em todas as capitais do Brasil investigadas pelo *ALiB* e tem ocorrência de 100% em Recife e em Maceió

(Nordeste). Os dicionários em análise registram a variante, mas não trazem indicação de localização geográfica.

Outra variante é *cobra-cega*, que também é bastante ocorrente, pois o *ALiB* registra usos no Norte (Rio Branco, Macapá e Belém); Nordeste (Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Aracaju e Salvador); Sudeste (todas as capitais); Sul (Curitiba e Porto Alegre); Centro-Oeste (todas as capitais). Sendo registrada no *DEH* e no *DEA*, os verbetes dessa variante não contêm acepção referente ao campo semântico *jogos e diversões infantis*.

A variante *pata-cega*, que ocorre em capitais do Norte, exceto Rio Branco, São Luís, no Nordeste, e Florianópolis, no Sul, não é registrada em nenhum dos dicionários analisados. A última variante, *pega-pega*, que, segundo o *ALiB*, se apresenta apenas em Macapá (Norte), Teresina (Nordeste) e Florianópolis (Sul), não há indicação de localização geográfica no *DEH*. Já no *DEA*, a acepção 5 do verbete *pega-pega*, na qual se encontra a indicação de *brasileirismo*, há remissão para o verbete *pique*². Ressalta-se que este número alceado na palavra *pique* é um recurso lexicográfico que indica homonímia. Sendo assim, há mais de uma entrada para a palavra *pique* e cada uma delas possui definições diferentes. No verbete *pique*², a terceira acepção refere-se a jogo infantil. Ao tratá-lo como *brasileirismo*, o *DEA* diverge do *ALiB*.

Passa-se, então, para a análise do segundo grupo de variantes. Para a leitura e compreensão do quadro, deve-se levar em consideração as mesmas informações fornecidas para o **Quadro 1**.

Quadro 2: Variantes de *amarelinha*

REGIONALIMOS	Dados do <i>ALiB</i>	Marcação no <i>DEH</i>	Marcação no <i>DEA</i>	Confronto entre o <i>ALiB</i> e os dicionários
Amarelinha	Todas as capitais	Brasil	Brasileirismo	Convergente
Academia	Nordeste (Natal, João Pessoa e Recife)	Rio Grande do Norte	Nordeste	Divergente
Cancão	Nordeste (Maranhão e Teresina)	Não há	Não há	-
Avião	Nordeste (Maceió)	Não há	Não há	-
Macaca	Norte (todas as capitais);	Não há	Lusitanismo	Divergente (para o <i>DEA</i>)

	Nordeste (Fortaleza)			
Macacão	Nordeste (Aracaju)	Não há	Não há	-
Macaco	Nordeste (Salvador)	Brasil	Brasileirismo	Divergente

Fonte: autoria própria, a partir de informações do *ALiB*, do *DEH* e do *DEA*.

A variante *amarelinha* está presente em todas as capitais pesquisadas pelo *ALiB* e tem 100% de ocorrência em Cuiabá, Campo Grande, São Paulo, Florianópolis, Rio de Janeiro e Vitória. Logo, trata-se de um *brasileirismo*. Quanto aos dicionários, tanto o *DEH* como o *DEA* classifica tal variante como *brasileirismo*, o que converge com os dados dialetológicos. Vale ressaltar que as duas obras lexicográficas apresentam duas entradas para *amarelinha*, mas a segunda é a que se refere à brincadeira infantil.

A variante *academia* é tratada pelo *DEH* como sendo regionalismo do Rio Grande do Norte, enquanto que o *DEA* indica a região Nordeste. Nota-se que os dois tratamentos são problemáticos: tendo em vista que *academia* ocorre em apenas três capitais do Nordeste, classificá-lo apenas como do Rio Grande do Norte é desconsiderar a ocorrência em outras capitais; classificá-lo como do Nordeste é generalizar um uso. Por isso, os dicionários podem indicar, precisamente, os locais em que a variante ocorre: Natal, João Pessoa e Recife.

Cancão é uma variante que só ocorre no Maranhão e no Piauí. Trata-se, pois de um regionalismo maranhense e piauiense. Nenhum dos dois dicionários traz qualquer acepção que remeta à brincadeira infantil.

Avião é outra variante que só ocorre em Maceió. Sendo assim, os dicionários poderiam registrá-lo como um regionalismo maceioense. No entanto, os dicionários, apesar de registrarem a forma *avião*, não inserem uma acepção que se remete à brincadeira infantil.

Quanto à variante *macaca*, o *ALiB* atesta que está presente em todas as capitais do Norte e em Fortaleza, no Nordeste. Há a possibilidade de classificar o regionalismo como do Norte e de Fortaleza, especificamente. O *DEH* contém duas entradas para *macaca*, sendo a primeira indicada com várias acepções, mas nenhuma é sinônimo de *amarelinha*, logo não há marcação de regionalismo para essa acepção. O *DEA*, por seu turno, traz acepção referente à *amarelinha* e classifica-a como *lusitanismo*. O termo *lusitanismo* se refere a variedades de português de Portugal em oposição ao português

do Brasil. Contudo, é inadequado classificar como *lusitanismo* uma variante que tem ocorrência em várias capitais do Brasil. Por isso, o *DEA* diverge do *ALiB*.

A variante *macacão* só ocorre em Aracaju, no Nordeste. Os dois dicionários em análise registram essa forma, mas não contém acepção referente à brincadeira infantil, como também não trazem localização geográfica. Um tratamento adequado no *DEH* e no *DEA* seria, primeiramente, inserir a acepção referente à brincadeira infantil e, em seguida, indicar que se trata de um regionalismo aracajuense.

Por fim, a variante *macaco* é registrada apenas em Salvador, no Nordeste, segundo o *ALiB*. O *DEH* e o *DEA* classificam a variante como *brasileirismo*, divergindo mais uma vez dos dados dialetológicos. Seria mais adequado classificá-lo como um regionalismo salvadoreense.

Considerações finais

Diante da análise feita e retomando o objetivo principal da pesquisa, qual seja o de analisar as marcas diatópicas nos dicionários, foi possível notar que, na minoria das variantes dicionarizadas, há informação sobre a localidade geográfica em que se utiliza tal variante. No entanto, na maioria dos casos, essas informações divergem do *ALiB*, fato que se comprovou a partir da comparação entre os dados dos dicionários e os dados do atlas, o que confirmou a hipótese inicial.

Além disso, encontraram-se casos em que algumas variantes não estão registradas nos dicionários e outros em que as variantes estão registradas, mas não recebem acepção que se refira à brincadeira infantil. Também viram-se muitos verbetes em que não há nenhuma localização geográfica. Essas lacunas existentes nos dicionários podem ser preenchidas a partir dos dados do *ALiB*, uma vez que, como afirmam Isquardo (2007) e Fajardo (1996-1997), os atlas linguísticos podem servir de suporte para os lexicógrafos quando do tratamento de regionalismos em dicionários.

Mesmo com esses problemas de tratamento de regionalismos identificados nesses dicionários, não se pode desprezar a importância que tais obras possuem. Tanto o *DEH* quanto o *DEA* estão entre os maiores dicionários de língua portuguesa e foram elaborados por uma equipe composta por pesquisadores de várias áreas e cada uma delas se valeu de um *corpus* e uma bibliografia específica. Sendo assim, é possível que os dicionários não tenham tido acesso a fontes que registrem as variantes aqui analisadas, o que justificaria o não registro de algumas delas. Ademais, como já se

discutiu no início desse trabalho, o léxico é um campo aberto e em constante expansão, por isso é justificável que haja lacunas nos dicionários quanto ao uso dos regionalismos e quanto às marcas diatópicas.

Esse trabalho não esgota as possibilidades de análise de regionalismos em dicionários, mas suscita novas discussões a respeito do tema. Acredita-se que, com essas reflexões, é possível pensar em um tratamento mais adequando de regionalismos, sejam em dicionários gerais ou em dicionários especializados em regionalismos, trazendo marcas diatópicas que estejam atestadas em atlas linguísticos.

Referências

ALVES, I. M. Neologia e dicionários escolares. In: CARVALHO, O. L. S.; BAGNO, M (orgs.). *Dicionários escolares: políticas, formas e usos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 105-118.

BARBOSA, M. A. Lexicologia, lexicografia, terminologia e terminografia: objeto, métodos, campos de atuação e de cooperação. In: *Estudos Linguísticos*, v. 1, n. 39, Franca: Unifran/GEL, 1991, p. 182-189.

BIDERMAN, M. T. C. A nomenclatura de um dicionário de língua. *Anais de Seminários do GEL*, São Paulo: v.1, n. 23, 1994, p. 26-42.

_____. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa*. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CARDOSO, S.; CASTRO, Y. P.; ISQUERDO, A. N. Quais os critérios que deveriam orientar os lexicógrafos na inserção de lusitanismos, africanismos e regionalismos em dicionários gerais? In: XATARA, C.; BEVILACQUA, C. R.; HUMBLÉ, P. R. M. (orgs.). *Dicionários na teoria e na prática: como e para que são feitos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 57-62.

_____; MOTA, J. A. *et al. Atlas linguístico do Brasil: cartas linguísticas 1*. v. 2. Londrina: EDUEL, 2014.

FAJARDO, A. Las marcas lexicográficas: concepto y aplicación práctica em la lexicografía española. *Revista de Lexicografía*. Volumen III, 1996-1997, p. 31-57.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio*. Versão eletrônica 7.0. 5ª ed. Curitiba: Positivo, 2010.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S; FRANCO, F. M. M. *Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. CD-ROM Versão 3.0. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

ISQUERDO, A. N. Acheegas para a discussão do conceito de regionalismos no português do Brasil. *Alfa*. São Paulo, 2006, p. 9-24.

_____. A propósito de dicionários de regionalismos do português do Brasil. In: _____. ALVES, Ieda Maria (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. v. 3. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007, p. 193-208.

SEABRA, M. C. T. C.; WELKER, H. A. Questões teóricas genéricas. In: XATARA, C. *et al.* (orgs.). *Dicionários na teoria e na prática: como e para que são feitos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 29-37.

VILLALVA, A.; SILVESTRE, J. P. *Introdução ao estudo do léxico: descrição e análise do português*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

WELKER, H. A. *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*. 2. ed. revista e ampliada. Brasília: Thesaurus, 2004.